

CONV 132/02

WG III 4

RESUMO

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Personalidade Jurídica
Assunto:	Síntese da reunião de 18 de Junho de 2002

Procedimento

1. Por forma a ir ao encontro dos pedidos formulados por alguns membros, o Presidente procurará que, na próxima reunião, se disponha de interpretação (passiva) em IT, ES e D.
2. O Grupo de Trabalho (a seguir designado GT) analisou o documento CONV 103/02, relativo ao calendário das reuniões, e concordou com as datas das três próximas reuniões: 26 de Junho (9.00-12.30); 10 de Julho (9.00-12.30); e 18 de Julho (9.00-12.30). As datas das reuniões seguintes serão analisadas na próxima reunião.
3. O GT decidiu que todas as suas reuniões serão privadas, salvo decisão em contrário.
4. Fica autorizado a assistir às reuniões um colaborador por cada membro, cujo nome deverá ser notificado ao secretariado pelo próprio membro.
5. Os contributos escritos serão bem-vindos, mantendo-se, contudo, na língua original.

Debate de fundo

6. O Presidente apresentou o seu documento de trabalho (SN 2775/02). Na sua introdução, salientou que o GT poderá debruçar-se sobre a questão de saber se a União já dispõe, ou não, de personalidade jurídica. Porém, o que é importante determinar são as consequências de se conferir personalidade jurídica explícita (personalidade jurídica única ou quarta personalidade jurídica) à União. Quais seriam, nomeadamente, as consequências para:
 - a actual delimitação de competências entre a União e ao Estados-Membros;
 - os actuais processos de negociação e celebração de acordos internacionais;

- o actual sistema de representação internacional (por exemplo, FMI);
 - a estrutura em pilares.
7. Outros participantes referiram o facto de ser importante caminhar passo a passo, partindo das questões mais abrangentes para as mais restritas. Chamou-se a atenção para o facto de o reconhecimento explícito implicar alterações de natureza "constitucional", tendo-se aludido, neste contexto, à resolução do Parlamento Europeu sobre a personalidade jurídica da União. Quanto aos eventuais efeitos sobre a actual delimitação de competências, referiu-se que o reconhecimento explícito não implicaria, por si mesmo, uma alteração nem do actual sistema de competências, nem dos procedimentos em vigor relativos à celebração de acordos. Neste contexto, foi necessário avaliar as consequências que teriam uma personalidade jurídica única ou uma quarta personalidade jurídica. Quanto à possibilidade de fundir os três pilares existentes, salientou-se que, em vez de ser o primeiro pilar a assumir o "controlo", deveria haver uma "fusão" que permitisse manter elementos do segundo e do terceiro pilares. Referiu-se ainda que a fusão dos pilares poderia facilitar a simplificação dos Tratados.

Próxima reunião

8. Os participantes aceitaram a proposta apresentada pelo Presidente de, na próxima reunião, em 26 de Junho, se ouvir os jurisconsultos do Parlamento, do Conselho e da Comissão. Antes disso (entre as 9.00 e as 10.15), o Grupo procederá a uma troca de opiniões com base no documento SN 2775/02, apresentado pelo Presidente. (Foi avançada a ideia de, na reunião do Grupo de 10 de Julho, serem ouvidos membros do Tribunal de Justiça e Carlos Westendorp, Deputado do Parlamento Europeu).
-